

ORGANIZAÇÃO E FUNDAMENTOS DO CURRÍCULO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: olhando o caminho percorrido e traçando novas rotas

*Neli Bastezini Kronbauer
Cláudia Brunetto dos Santos
Lorita Helena Campanholo Bordignon*

Resumo

Este trabalho apresenta o percurso de formação continuada com professores das escolas públicas da rede estadual e municipal de ensino do município de Santiago do Sul-SC, que objetivou aprofundar as discussões voltadas ao currículo, às Diretrizes Curriculares Nacionais, à Proposta Curricular de Santa Catarina, à Base Nacional Comum Curricular e à elaboração de propostas que fundamentem os projetos pedagógicos. A formação ofertada atendeu as normas estabelecidas para a certificação da especialização em Fundamentos e Organização Curricular, ofertada pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó. Quanto aos aspectos metodológicos, esta pesquisa classifica-se como bibliográfica e relato de experiência, na perspectiva multiplicadora. Propôs-se a discutir e articular conceitos essenciais para a educação realçando: como a formação continuada dos docentes pode contribuir com a implementação das políticas educacionais estabelecidas para a educação básica? Evidenciou-se a relevância do trabalho do professor na e para a implementação das políticas educacionais estabelecidas para a educação básica como mediador para a garantia de um ensino de qualidade e equidade a todos os estudantes das escolas envolvidas.

Palavras-chaves: Currículo; Base Nacional Comum Curricular; Formação continuada.

ORGANIZATION AND FUNDAMENTALS OF THE CURRICULUM CONTINUING EDUCATION FOR TEACHERS: looking at the path taken and mapping new routes

Abstract

This work presents the course of continuing education with teachers from public schools in the state and municipal schools of the municipality of Santiago do Sul-SC, which aimed to deepen the discussions focused on the curriculum, the National Curriculum Guidelines, the Curricular Proposal of Santa Catarina, to the Common National Curriculum Base and to the elaboration of proposals that justify the pedagogical projects. The training offered met the standards established for the certification of the specialization in Fundamentals and Curricular Organization, offered by the Community University of the Region of Chapecó - Unochapecó. In the methodological aspects, this research is classified as bibliographic and experience report, in the multiplying perspective. It was proposed to discuss and articulate essential concepts for education, highlighting: how can the teachers continuing education contribute to the implementation of educational policies established for basic education? The relevance of the teacher's work in and for the implementation of the educational policies established for basic education was evidenced as a mediator to guarantee a quality and fair teaching to all students of the schools involved.

Keywords: Curriculum; Common National Curricular Base; Ongoing training

ORGANIZACIÓN Y FUNDAMENTOS DEL PLAN DE ESTUDIOS DE EDUCACIÓN CONTINUA PARA DOCENTES: mirar el camino tomado y mapear nuevas rutas

Resumen

Este trabajo presenta el curso de educación continua con docentes de escuelas públicas de las escuelas estatales y municipales del municipio de Santiago do Sul-SC, que tuvo como objetivo profundizar las discusiones enfocadas en el currículo, las Directrices Curriculares Nacionales, la Propuesta Curricular de

Santa Catarina, a la Base Curricular Nacional Común y la elaboración de propuestas que justifiquen los proyectos pedagógicos. La capacitación ofrecida cumplió con los estándares establecidos para la certificación de la especialización en Fundamentos y Organización Curricular, que ofrece la Universidad Comunitaria de la Región de Chapecó - Unochapecó. Cuanto a los aspectos metodológicos, esta investigación se clasifica como bibliográfica y relato de experiencia, en la perspectiva multiplicadora. Se propuso discutir y articular conceptos esenciales para la educación, destacando: ¿cómo puede la formación continua de los docentes contribuir a la implementación de las políticas educativas establecidas para la educación básica? Se evidenció la relevancia del trabajo del docente en y para la implementación de las políticas educativas establecidas para la educación básica como mediador para garantizar una enseñanza de calidad y equitativa a todos los estudiantes de las escuelas involucradas.

Palabras clave: Plan de estudios; Base Curricular Nacional Común; Formación en curso.

INTRODUÇÃO

O contexto atual caracteriza-se por constantes e rápidas transformações nos mais diversos segmentos da sociedade, em parte, decorrentes dos avanços tecnológicos e da ampliação do acesso à comunicação, contribuindo para mudanças nos processos de interação entre os sujeitos, no mundo do trabalho, bem como nos âmbitos social, cultural, econômico e educacional. Conforme enfatizam Scheibe e Bombassaro (2010, p. 24) “A escola passou a ser vista como um espaço social complexo, caracterizado por perspectivas divergentes, no qual se confrontam ou se harmonizam concepções teóricas e posições político-pedagógicas”.

Não se pode olvidar que tensões permeiam os diferentes cenários sociais e desencadeiam reflexões, instigam e provocam a necessidade urgente de configurar e reconfigurar a função social da escola e seus desdobramentos. Assim, os profissionais da educação vivem dois movimentos desafiadores: “[...] de um lado reencontrar nossas identidades profissionais e, de outro, tentar dar conta das artes de conviver, educar, ensinar infâncias-adolescências tão quebradas pela desordem social” (ARROYO, 2011, p. 10). Esse contexto tem tensionado o trabalho em salas de aula, o coletivo de professores, as políticas públicas e o papel do Estado frente ao atual cenário (ARROYO, 2011).

Com o intuito de contribuir com a formação continuada destes profissionais, a Secretaria Estadual de Educação (SED), por meio do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior - UNIEDU/FUMDES, em parceria com a Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó, de São Lourenço do Oeste, ofertaram o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* - Especialização em Fundamentos e Organização Curricular, para profissionais da educação, os quais exerceram papel fundamental na multiplicação dos conhecimentos abordados no decorrer do curso a outros profissionais da educação básica.

Nesta perspectiva, o estudo aqui apresentado tem como tema a formação de professores. Caracteriza-se como revisão de literatura, por sistematizar aprendizagens e conhecimentos retomados e construídos durante a formação acadêmica, mas também pode ser classificado como relato de prática, pois busca descrever e relatar o processo multiplicador, ou seja, a formação docente exigida para a conclusão do curso, a qual foi dividida em três módulos, e teve como foco as seguintes temáticas: I) Currículo: Fundamentos e Políticas; II) Base Nacional Comum Curricular: Implementação e Organização Curricular; e III) Propostas Curriculares: Implementação e Organização Curricular.

Tendo em vista a dimensão do trabalho que envolveu o processo formativo, em sala de aula e a formação docente, o problema que orientou esta construção é: como a formação continuada dos docentes pode contribuir com a implementação das políticas educacionais estabelecidas para a educação básica? Logo, estabelece-se, como objetivo geral, aprofundar as discussões voltadas ao currículo, às Diretrizes Curriculares Nacionais, às propostas curriculares, à BNCC e à elaboração de propostas que fundamentem os projetos pedagógicos das escolas públicas da rede estadual e municipal de ensino de Santiago do Sul-SC. Ainda, como objetivos secundários, busca-se: apresentar fundamentos teóricos acerca do currículo escolar, da legislação educacional, das políticas educacionais e da BNCC e da Proposta Curricular de Santa Catarina; ainda, relatar e descrever o processo de formação de professores da educação básica.

Quanto aos aspectos metodológicos, esta pesquisa classifica-se como bibliográfica e relato de experiência; o método é dedutivo; tem como técnica a documentação e a prática; e, como abordagem, a qualitativa.

Notório está que a educação vive um momento diferenciado, principalmente pela implementação da BNCC, demandando estudos coletivos e individuais para obter melhores resultados com a Educação Básica. Como consequência, revisar e conhecer documentos históricos e atuais torna-se imprescindível a todos os profissionais da educação. A formação continuada destes sempre foi importante e é com maior intensidade no atual contexto, haja vista serem eles os principais mobilizadores para as mudanças almeçadas pela sociedade. Em síntese, disseminar os resultados de um processo é muito mais que contá-los: é uma oportunidade de dizer que, na ação conjunta, no trabalho executado por várias mãos, pode-se visualizar possibilidades e avançar na construção do caminho a ser trilhado por todos.

CURRÍCULO: FUNDAMENTOS E POLÍTICAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonbo pelo qual se pôs a caminhar.
Paulo Freire

Os estudos sobre currículo têm instigado, desafiado a refletir e buscar compreender melhor o que se entende por currículo, bem como sua construção prática e conceitual. Nesse sentido, busca-se recuperar o conceito abrangente de currículo como: organização do conjunto de atividades nucleares distribuídas no espaço e tempo escolares. Um currículo é, pois, uma escola desempenhando a função que lhe é própria. Nesta perspectiva, Moreira e Candau (2007, p. 18) compreendem o currículo “[...] como as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes”.

Sendo constituído pelas experiências escolares e seus desdobramentos, a concepção de currículo não pode se restringir, tão somente, às disciplinas estabelecidas em determinada série ou ano, nem tampouco seria a relação de conteúdo a ser ministrado em cada disciplina especificamente. Assim, os currículos são

[...] uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas. Ele é resultado das relações interpessoais desenvolvidas na escola, da hierarquização entre administradores, direção, professores e alunos e da forma como os alunos são levados a se relacionarem com o conhecimento. (MOREIRA; CANDAU, 2007, p.9).

Pensar e estudar o currículo requer compreender a efetividade das ações docentes e discentes. Requer conceber a dinâmica da escola e seus desdobramentos que permeiam os tempos e espaços, seja por meio das diretrizes e procedimentos escritos, registrados nos mais diversos documentos que orientam o trabalho escolar e, também, toda a relação entre os sujeitos dentro do contexto da escola.

Para existir a escola, não basta a existência do saber sistematizado, mas faz-se necessário a organização de todos os elementos que compõem os processos formativos formais, documentos norteadores e o desenvolvimento destes em ações pedagógicas. Ainda, neste cenário, as políticas educacionais influenciam diretamente na elaboração dos currículos. Logo, a política pública

[...] se interessa em entender as ações do governo, quando referidas às políticas públicas educacionais, a compreensão volta-se às ações vinculadas ao sistema educacional, e que por sua vez dizem respeito até mesmo, a como as escolas se organizam e como essas políticas, planos e programas educacionais são colocados em prática. (BORGES; ARAÚJO; PEREIRA, 2013, p. 67).

No entanto, as políticas públicas, os documentos oficiais, entre eles o currículo, expressam poder, assim como a organização da escola, da gestão, a postura do professor. No contexto escolar, sabe-se que os currículos cultos e ocultos estão o tempo todo imbricados. O currículo culto é expresso “[...] em diretrizes curriculares, objetivos e conteúdos das áreas ou disciplinas de estudo. [...] é aquele conjunto de diretrizes normativas prescritas institucionalmente [...]” (LIBÂNEO, 2001, p. 99). Ou seja, é a organização do ensino expresso nos documentos oficiais. Já o currículo oculto,

[...] envolve, predominantemente, atitudes e valores transmitidos, subliminarmente, pelas relações sociais e pelas rotinas do cotidiano escolar. Fazem parte do currículo oculto, assim, rituais e práticas, relações hierárquicas, regras e

procedimentos, modos de organizar o espaço e o tempo na escola, modos de distribuir os alunos por grupamentos e turmas, mensagens implícitas nas falas dos (as) professores (as) e nos livros didáticos. (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 18).

Evidencia-se que a educação formal é uma organização complexa, desde a organização dos aspectos didáticos pedagógicos da escola, as atividades propostas e, principalmente, as relações humanas que nela acontecem. Estão carregadas de identidades que se cruzam, se complementam e se repudiam no contexto da escola e constituem a parte viva dos currículos. O currículo é um território permeado por várias culturas, várias experiências e várias intenções educacionais que contribuem para a construção da identidade de nossos educandos. “Currículo é o núcleo e o espaço central mais estruturante da função da escola” (ARROYO, 2011, p.13).

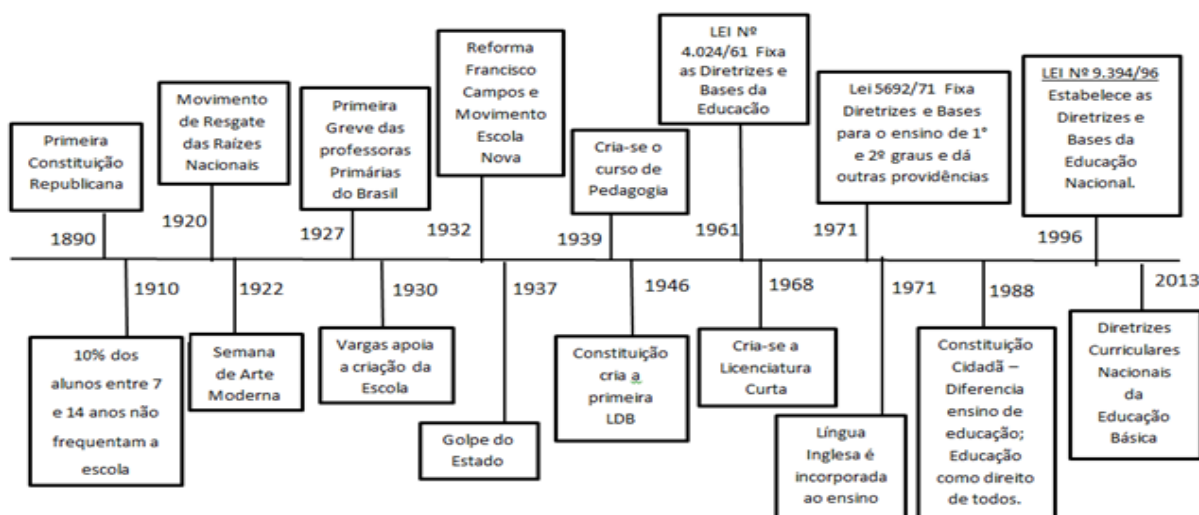
Assim, é possível perceber que o currículo não é apenas um conjunto de conteúdo, mas se organiza em torno das “[...] experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas”. (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 18).

O conjunto de todas essas experiências, somadas aos conteúdos selecionados pelo professor a partir dos documentos oficiais que regem a educação e um trabalho interdisciplinar, desenvolve o currículo, cujo território está em construção em prol da educação de qualidade com equidade.

Para a organização do currículo escolar é imprescindível conhecer e estudar aspectos da legislação brasileira, iniciando pela Constituição Federal de 1988, a Lei Suprema, formada por um conjunto de normas que regem a organização do nosso país, inclusive a educação. Ainda, precisa-se estar atento às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs), as quais preveem uma educação de qualidade para todos os alunos de forma integral. Ainda, orienta e organiza o ensino em todas as escolas do país, da Educação Infantil ao Ensino Médio, buscando formar alunos autônomos, independentemente de sua classe social, cultural ou emocional. Segundo as Diretrizes: “A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças” (BRASIL, DCNs, 2013, p. 4). Faz-se necessário, também, o estudo da Lei n. 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, no contexto estadual, da Proposta Curricular de Santa Catarina em suas várias versões. Esses documentos garantem a todos, no âmbito da legalidade, uma educação de qualidade e gratuita.

Nesta perspectiva, busca-se dialogar e aprofundar aspectos relevantes sobre os fundamentos, organização e implementação do currículo escolar, no que concerne à retomada de elementos conceituais, aspectos legais fundantes e estruturantes dos currículos escolares, pois, “[...] pensar a formação continuada é levar em conta os saberes já constituídos dos professores e as especificidades de suas práticas pedagógicas” (MEDEIROS; BEZERRA, 2015, p. 24). Evidencia-se a relevância dos espaços de formação aos profissionais de educação no sentido de promover oportunidades de estudos, reflexões, momentos de (re)construção de conhecimentos acerca dos vários aspectos legais, históricos, políticos e pedagógicos que envolvem os processos formativos num contexto social permeado pela diversidade que marcam presença na sociedade e, conseqüentemente, na escola.

Figura 1 - Aspectos históricos da educação brasileira



Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras, 2019.

Os elementos presentes na linha do tempo promovem a reflexão sobre o caminho percorrido pela educação brasileira. Ali percebe-se o progresso da legislação brasileira para a melhora na qualidade de ensino e a organização das propostas pedagógicas e dos currículos de cada instituição escolar. Desse modo: “O mínimo que se exige de um educador é que seja capaz de sentir os desafios do tempo presente, de pensar a sua ação nas continuidades e mudanças do trabalho pedagógico, de participar criticamente na construção de uma escola mais atenta às realidades dos diversos grupos sociais.” (NOVOA, 1996, p. 01).

Conhecer os marcos históricos das legislações permite que sejam percebidos os avanços e os caminhos traçados para que a educação seja realmente igualitária voltada aos interesses educacionais que realmente produzam significado para o aluno. Estes aspectos legislativos, associados aos percursos formativos, acadêmicos e profissionais de cada agente defensor da educação presente nas escolas, contribuem significativamente para a organização dos espaços educativos em sintonia com o processo de ensino/aprendizagem voltado à formação integral do indivíduo.

A história da educação tem a função de provocar esta reflexão, pois definir os fins educativos é definir ao mesmo tempo, a sociedade, a cultura e o homem que se pretende formar. [...] O estudo da história deve possibilitar compreender as relações de poder e os mecanismos de exclusão que se produz e se reproduz em determinados contextos sociais, para poder alavancar mudanças que possibilitam a superação das condições de exclusão. (DALAROSA, 1999, p. 46-47).

Observar e analisar a história da educação brasileira na linha do tempo possibilita a compreensão de aspectos educacionais vivenciados na atualidade. De acordo com Tuma (2012, p. 61), “A busca no passado de elementos para a compreensão do presente como processo necessário”. A autora ainda observa que nenhuma das dimensões temporais deve ser desconsiderada, ou seja, nem o passado nem o presente podem ser negligenciados.

As Propostas Curriculares de Santa Catarina, nas suas diferentes versões, bem como as concepções que a permeiam, também se tornam objeto de estudo. Para tanto, consideram-se recortes temporais e temáticas discutidas em cada momento de construção/reconstrução: 1988 e 1991 - elaboração 1ª versão; 1996 e 1998 - revisão e aprofundamento; 2003 e 2005 - estudos

temáticos; 2014 - atualização da proposta vigente. Revisitar e entender a trajetória de elaboração das PCSCs, os elementos temáticos, o processo e os aspectos pedagógicos a partir de cada documento contribuem para o entendimento de conceitos, da concepção inerente, de conteúdos, de encaminhamentos metodológicos e da proposta de avaliação decorrente da opção feita e explicitada em cada documento.

Fato é que o diálogo com documentos oficiais, no caso, diferentes versões da PCSC, PPPs, currículo, planejamento, conhecimento, propostas pedagógicas, corrobora para a construção de uma educação pautada na qualidade com equidade, em que a diversidade seja elemento orientador do desenvolvimento na perspectiva integral dos sujeitos. A partir de seus processos formativos constituem processos de ensino e de aprendizagem com sentido e significado e, nessa perspectiva, reconhecem e apontam para a relevância do papel do professor como instigador e mediador.

A partir do cenário educacional que se apresenta, para além dos marcos legais da educação brasileira, em contexto de aprovação da Base Nacional Comum Curricular, o que os professores precisam saber para, de fato, implementá-la nas escolas e efetivá-las nas e pelas práticas pedagógicas?

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A ESTRUTURA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

[...] como profissionais do conhecimento não conseguimos ficar de fora, estamos no redemoinho dessas tensões (ARROYO, 2011, p. 14).

Há um longo tempo vem sendo buscadas novas e diferentes formas de organizar os processos de ensino no Brasil, também com o intuito de atender toda a diversidade de sujeitos caracterizados e constituídos em contextos diversos, histórias e vivências que se entrelaçam, ou não, na escola. São elementos que, muitas vezes, provocam tensionamentos na elaboração e desenvolvimento do currículo. Mas, afinal, como construir currículo(s) que atenda(m) às necessidades de tamanha diversidade que constitui a população brasileira?

Sendo o currículo o núcleo estruturante da função da escola, acredita-se que, para a construção, a implementação e a avaliação deste currículo é necessário um trabalho coletivo dos envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem, buscando a garantia de que os conhecimentos essenciais de direito do estudante sejam garantidos na busca de uma educação integral. É nesta perspectiva que surge a BNCC, que está organizada a partir de quatro elementos fundantes: Educação Infantil, Ensino Fundamental/Anos Iniciais, Ensino Fundamental/Anos Finais e Ensino Médio.

O movimento para a construção d BNCC iniciou em 2014, com análise dos documentos oficiais que permeavam a educação brasileira. Muitos foram envolvidos neste processo, dentre elas professores, assessores, especialistas, universidades e várias instituições. Vale destacar, também, que houve consultas públicas e seminários para que a sua construção fosse democrática e participativa, afinal, ela é um documento Base para toda a educação brasileira.

Inegável é que a BNCC se tornou obrigatória a todas as escolas do país, sendo Base para a construção dos currículos escolares. Aprovada e homologada em dezembro de 2017, ela abrange conceitos essenciais a serem desenvolvidos ao longo da educação básica para que todos os estudantes tenham direitos iguais de aprendizagem e de desenvolvimento, mas respeitando as especificidades regionais. Este documento busca a equidade e a igualdade nos sistemas de ensino para a formação de uma sociedade mais justa e democrática.

Assinale-se que, de maneira geral, na BNCC, a Educação Básica está estruturada em três níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Ensino Médio. A Educação Infantil organiza-se a partir de cinco campos de experiências: O eu e o outro; Corpo gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Estes campos de experiência buscam colocar como centro do processo educativo a criança,

seu fazer e agir, para que, a partir das vivências, atribua sentido ao que faz. Cada um destes campos está ligado aos seis direitos de aprendizagem que precisam ser assegurados às crianças: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar, Conhecer (BRASIL, BNCC, 2018).

No Ensino Fundamental, a organização se dá por áreas de conhecimento, ou seja, linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e ensino religioso. Ainda, traz as competências específicas das áreas, as quais devem ser desenvolvidas ao longo dos nove anos. Dentro de cada área encontram-se os componentes curriculares que, por sua vez, também apresentam competências específicas, que contribuirão de forma significativa na transição dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental. Cada componente curricular apresenta suas unidades temáticas (conceitos), objetos de conhecimento (conteúdos) e habilidades (ações).

Tenha-se presente que o Ensino Médio também está organizado por áreas do conhecimento, ou seja: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; vivências da natureza e suas tecnologias; e ciências humanas e sociais aplicadas. Cada área apresenta competências específicas relacionadas a um conjunto de habilidades, permitindo um trabalho interdisciplinar e assegurando o que é de direito do educando durante esta etapa de ensino. As escolas deverão construir seus currículos a partir das competências e das habilidades propostas, levando em conta a formação geral, com carga horária de 1.800 horas, articulando-as aos itinerários formativos, com carga horária de 1.200 horas (BRASIL, 2018, p. 470). Assim sendo, ao final do Ensino Médio, o estudante deverá ter cursado 3.000 horas.

Para além das abordagens acima, cabe salientar que a BNCC traz dez competências gerais da Educação Básica como pilares, as quais devem ser asseguradas aos estudantes. No documento, competência é definida como “[...] a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”. (BRASIL, BNCC, 2018, p. 8). No documento, as dez competências gerais englobam: conhecimento, pensamento científico, crítico e criativo, repertório cultural, comunicação, cultura digital, trabalho e projeto de vida, argumentação, autoconhecimento e autocuidado, empatia e cooperação e responsabilidade e cidadania. Vale ratificar que as competências devem perpassar toda a Educação Básica, garantindo uma educação de qualidade com o desenvolvimento de algumas habilidades, atitudes e valores que contribuirão para a formação integral do sujeito, preparando-o para viver e conviver em sociedade.

Neste cenário de constantes e rápidas mudanças que envolvem todos os contextos sociais, conseqüentemente, a formação continuada dos professores torna-se ainda mais relevante e necessária, o que se apresenta, brevemente, a seguir.

PROPOSTAS CURRICULARES: IMPLEMENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

[...] concebe-se o professor como um mediador decisivo entre o currículo estabelecido e os alunos, um agente ativo no desenvolvimento curricular (MASETTO, 2003, p. 72).

A formação continuada é um processo que contribui para o aperfeiçoamento dos saberes já apreendidos pelos professores, bem como a ampliação e a construção de novos saberes necessários à prática docente. Nesta perspectiva,

[...] a escola deve elaborar estratégias de formação continuada dos professores que atuam no ensino fundamental, [diríamos em todos os níveis de escolaridade], para que sejam encontradas novas ações pedagógicas, sendo indispensável o desenvolvimento de atitudes investigativas, de alternativas pedagógicas e metodológicas na busca de uma qualidade social da educação (SCHEIBE; BOMBASSARO, 2010, p. 32).

Percebe-se que momentos de estudos, reflexão e compartilhamento de conhecimentos são necessários à educação, pois permitem compreender os documentos e as legislações que a regem,

corroborando no sentido da construção pautada na qualidade com equidade, na perspectiva da formação integral dos sujeitos e na construção de processos de ensino e de aprendizagem com sentido e significado para os estudantes.

Educadores e profissionais da educação precisam aprofundar seus conhecimentos, estar atentos às mudanças para estabelecer relação entre a teoria e suas ações pedagógicas desenvolvidas na escola nos diferentes níveis de ensino e de aprendizagem. O trabalho e o estudo envolvem sujeitos históricos, sociais, culturais, emocionais, entre outras dimensões que devem ser levadas em consideração quando trabalhadas em sala de aula. O professor precisa do conhecimento e de formações continuadas que atendam necessidades e que contribuam para a formação dos diferentes percursos formativos, na perspectiva de formação integral dos sujeitos.

Não se concebe profissional da educação que não seja estudante, talvez mais que seus próprios alunos, seja por iniciativa própria ou por oportunidades oferecidas pelo sistema. É preciso que os professores sejam estudantes permanentes, capazes de compreenderem a necessidade de mudanças constantes de paradigmas, a evolução técnico-científica da sociedade atual, que se sintam instigados a refletirem e a discutirem sua ação pedagógica para então poder transformá-la. (SANTA CATARINA, PCSC, 2005, 184-185).

Pela primeira vez na história, a educação brasileira possui uma BNCC, que aponta e direciona os rumos da educação básica no país. Nesse sentido, as escolas e os profissionais da educação das redes de ensino vivem um momento importante de revisão, (re)construção dos currículos das escolas. Esse movimento tem sido importante, ao mesmo tempo desafiador, principalmente aos professores, pois serão os mediadores dos processos pedagógicos, a fim de que o currículo ganhe movimento no contexto da escola, efetivando-se, de fato.

Desse modo, muitas inquietações assolam a profissão docente, entre elas, a de compreender como a Base apresenta e estrutura os diferentes níveis da educação básica, as competências gerais e as específicas das áreas, os campos do conhecimento, as habilidades, os conceitos e os conteúdos, sem esquecer da avaliação. Portanto, evidencia-se a relevância de os professores terem momentos de formação com seus pares, no sentido de construir conhecimentos teóricos “novos”, rever e (re)construir e desfazer-se de outros que já não dão conta do atual momento educacional.

Em suma, a Base é um documento obrigatório que promove direitos iguais de aprendizagem, desenvolvimento e conhecimentos, não sendo o currículo escolar, mas o documento que aponta o rumo a ser seguido pela educação e pelas escolas na construção de seus currículos.

O planejamento de ensino, muitas vezes, apresenta-se como elemento desafiador para os professores, ainda mais quando é encaminhado na perspectiva interdisciplinar. Os professores do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, ao organizarem seus planejamentos, devem buscar atingir as competências gerais da Educação Básica e específicas de cada área e componente, articulando as áreas do conhecimento e habilidades, considerando a interdisciplinaridade e ano/série de seus alunos.

Já na Educação Infantil, os profissionais devem organizar seus trabalhos a partir dos campos de experiências, atentando-se aos direitos de aprendizagens definidos pela BNCC de acordo com a faixa etária da criança e as competências gerais lá estabelecidas.

Um professor em constante formação profissional busca retomar a relevância do currículo e do PPP para a organização e funcionamento da escola, tornando-os balizadores do processo educativo em realidades distintas.

Assim, é importante compreender e (trans)formar a realidade para que todos se reconheçam como parte e resultados históricos/culturais desses contextos, comprometidos e conscientes, exercendo cidadania com responsabilidade e construindo histórias e culturas que lhe formam. Acredita-se que a educação concebida nessa perspectiva possibilita aos sujeitos constituírem conhecimentos significativos durante seu processo de escolarização.

Deste modo, pode-se perceber que um dos objetivos da educação, segundo o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense é

[...] entregar à sociedade, a garantia do conjunto de aprendizagens essenciais, prospectando melhores alunos, cidadãos mais bem formados, futuros bons profissionais e, assim, mostrarmos que é possível desenvolver ambientes acolhedores em nossas escolas e fazermos uma educação pública efetiva e de qualidade. (SANTA CATARINA, CTC, 2019, p. 8).

É possível perceber a intrínseca relação entre os documentos legais que compõem o cenário educacional e o quanto eles são importantes para a construção de aprendizagens essenciais à formação humana. Nesse sentido, o trabalho a ser desenvolvido na escola deve buscar a formação integral atrelada aos percursos formativos do sujeito, pois o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem não se limita a fases ou etapas. É um processo que acontece ao longo da vida de cada um dos sujeitos, com suas experiências que constituíram e constituem os sujeitos tal como cada um é e ainda virá a ser. É um processo dialético em que o sujeito é resultado de sua história, da sua cultura, mas também é construtor de histórias e de culturas. Portanto, organizar e construir um currículo requer de todos os envolvidos:

Pensar a Educação no tempo que vivemos é, cada vez mais, pensar um futuro que já é presente, pensar problemas globais que requerem ação local, pensar que a formação de todos não pode deixar de olhar para cada um. O desafio da massificação da escolarização passa por não confundir acesso a uma educação de qualidade com uma padronização cega que transforma a escola num redutor instrumento de transmissão de informação que não se converte em conhecimento e sabedoria (CLAUDINO et al., 2019, p. 5).

Assim, por muitas vezes, a construção e (re)organização curricular tornam-se necessárias para melhor atender as particularidades da comunidade escolar. Este é um processo a ser elaborado coletivamente por meio de debates que colaborem para a construção do currículo, considerando conhecimentos essenciais a serem desenvolvidos e especificidades locais a serem trabalhadas. Desta elaboração devem participar as equipes das secretarias estaduais e municipais de educação, coordenadores pedagógicos, gestores, professores, pais, alunos, enfim, toda a comunidade escolar.

Vale destacar que, para a construção do documento curricular da unidade escolar, é indispensável direcionar momentos de estudos, leitura e compreensão de documentos que regem a educação no país, como a Constituição Federal, as DCNs, a LDB, a BNCC, o CBTC, entre outros. Estes asseguram a formação básica comum, regulamentam e apontam as aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas pelas escolas de Educação Básica, orientando o desenvolvimento de uma educação formal que garanta o direito à aprendizagens e ao desenvolvimento integral do aluno. No presente, a BNCC configura-se como

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (BRASIL, BNCC, 2018, p. 08).

Sendo assim, educadores e profissionais da educação precisam ter conhecimento dos documentos supracitados, estabelecendo relação entre a teoria e as ações pedagógicas desenvolvidas na escola, com os diferentes níveis de ensino e de aprendizagem. Esse trabalho envolve sujeitos históricos, sociais, culturais, emocionais, entre outras dimensões que devem ser levadas em consideração na elaboração de currículos que envolverão os diferentes percursos formativos dos estudantes, na perspectiva de formação integral.

Do mesmo modo se dá a construção e a reformulação do Projeto Político Pedagógico (PPP). Este documento é fundamental às unidades escolares, no qual devem estar expressas as concepções de sociedade, de sujeitos, de educação, de ensino e de aprendizagem. Ainda, o PPP é o balizador das ações promovidas na e pela escola, tanto nos aspectos pedagógicos, como nos projetos, nas metodologias, nas avaliações, enfim, em todos os desdobramentos da organização do processo de ensino e de aprendizagem. Além dos aspectos pedagógicos, no documento estão previstas as ações que envolvem os aspectos humanos e físicos a curto, médio e longo prazos. Ademais, destaca-se que a organização do dia a dia da escola possibilita a interação e a integração com a comunidade escolar.

Nesse sentido, a BNCC (2018, p. 14) evidencia que “A sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado”. Diante do exposto até o momento, é possível destacar alguns conceitos essenciais que permeiam os documentos balizadores da educação, os quais se encontram imbricados no dia a dia da escola, e também devem estar no PPP: interdisciplinaridade, sociedade, educação, escola, professor, currículo, avaliação, conhecimento, ser humano, entre outros.

É importante enfatizar que, no contexto dinâmico chamado escola, realça-se o papel de todos os envolvidos nos diferentes processos do trabalho desenvolvido em prol de uma educação de qualidade a todos. Para tanto, há a necessidade de formação continuada que, de fato, instigue, provoque e possibilite ao profissional da educação identificar-se nesse processo como sujeito constituído historicamente, mas também que, em interação com outros sujeitos, constroem histórias, esperando construir uma educação de qualidade de acesso e de permanência para todos, com igualdade e equidade. Essa utopia deve mover a todos para seguir caminhando.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: MUITOS CAMINHOS, DIFERENTES JEITOS DE CAMINHAR

[...] ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo
(FREIRE, 2010, p. 78).

Com as mudanças culturais, sociais e tecnológicas torna-se cada vez maior o desafio enfrentado pelo professor ao desenvolver seu trabalho docente, a fim de alcançar os objetivos previstos pelos documentos oficiais, assim como os almejados pela escola. Dos profissionais da educação exige-se constante formação, estudo e pesquisa, construindo novos saberes e complementando os que já foram aprendidos. Conforme observa Novoa,

O adulto em situação de formação é portador de uma história de vida e de uma experiência profissional [...] mais importante do que pensar em formar esse adulto é refletir sobre o modo como ele próprio se forma, isto é, o modo como ele se apropria do seu patrimônio vivencial através de uma dinâmica de compreensão retrospectiva (NÓVOA, 1988, p. 128).

Na perspectiva de compreender o professor como resultado de suas tessituras que, fio a fio, no decorrer de sua formação inicial ou continuada foi se constituindo, torna-se possível pensar criticamente que é “[...]sobre a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 1996, 39). Sentar juntos para estudar, refletir acerca de questões do trabalho desse profissional e a implicação deste na vida de tantos sujeitos, apresenta-se como elemento desafiador e instigante, pois se compreende que os processos de aprendizagens são inacabados e essa “[...] condição de inacabamento do ser humano e a consciência desse inacabamento” (FREIRE, 1996, p. 40), na tomada de consciência da relevância do papel intencional do professor, são alguns dos motivos que movem, removem e comovem para estar a caminho, continuamente.

É nesta perspectiva que as 40 horas de formação com professores da Educação Básica, ofertadas em 2019, envolveu estudos, discussões, aprendizagens e trocas de experiências, um ciclo importante que possibilitou unir os professores do menor município populacional do estado de Santa Catarina, Santiago do Sul.

As temáticas foram organizadas a partir dos três módulos da especialização em Fundamentos e Organização Curricular, desenvolvidas numa perspectiva interdisciplinar, visando à articulação entre diferentes áreas de conhecimentos. Buscou-se (re)significar conteúdos através da contextualização regional e a realidade escolar, tendo como proposta central a aproximação entre teoria e prática e a apropriação do conhecimento em um processo interativo. O módulo I, currículo: fundamentos e políticas, abordou os conteúdos: fundamentos do currículo; políticas e legislação da educação brasileira e catarinense; propostas curriculares do município e de Santa Catarina, totalizando 12 horas de formação.

Leituras, trabalhos em grupo, sistematizações em cartazes, painéis, textos, tempestade de ideias, discussões coletivas, exposições orais, dinâmicas, apreciações audiovisuais e metodologias ativas constituíram o percurso para atingir os objetivos estabelecidos. Estes recursos possibilitaram importantes e significativas trocas, (re)construção de conhecimentos, reflexões e interação acerca das temáticas trabalhadas. A partir das estratégias utilizadas, os diálogos foram aprofundados, mostrando que os documentos orientadores da educação estão articulados e fundamentam as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas. Notório está que o sujeito central do trabalho escolar é o aluno, e o objetivo é possibilitar-lhe aprender os conhecimentos construídos e sistematizados pela humanidade, considerando as especificidades de cada nível de escolaridade.

O módulo II, BNCC: implementação e organização, com 16 horas de formação, pautou-se nos conteúdos: fundamentos; Educação Infantil; anos iniciais/anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, bem como as contribuições da Base à (re)construção dos currículos.

Nesta oportunidade promoveram-se momentos de estudos e reflexões voltados aos fundamentos teóricos e definições que envolvem a BNCC, estabelecendo relações, aproximações, complementações e reformulações de algumas práticas pedagógicas. As metodologias utilizadas foram slides, leituras, comparações, sistematizações orais e escritas, vídeos, cartazes, diálogos e compartilhamento de experiências.

No módulo III, com 12 horas de formação, estudou-se: propostas curriculares: implementação e organização curricular, também a (re)visão dos PPPs e práticas pedagógicas na contemporaneidade. Essas temáticas foram desenvolvidas através de slides com uma breve sistematização sobre os conceitos de planejamento, entre eles o PPP, propondo discussões sobre a importância de planejar na vida do ser humano, ainda mais para os processos educativos que envolvem diversidades de sujeitos com perspectivas, realidades e histórias de vida diversas. A metodologia pautou-se em conversas, exposições orais, socialização de estudos acerca de elementos estruturantes dos PPPs das escolas, promovendo reflexões, comparações e aproximações entre os principais conceitos das Propostas Curriculares com os documentos fundamentadores da educação das escolas envolvidas para a implementação e a organização curricular.

Estudar, debater, conhecer, compreender, inquietar-se com os estudos sobre o currículo e seus fundamentos, retomar aspectos históricos da educação brasileira e legislação vigente, os processos de construção das propostas curriculares de Santa Catarina, e com ênfase, conhecer para compreender a organização, e o que prevê a BNCC para a Educação Básica brasileira, foram elementos de grande significação e de interesse de todos os envolvidos.

Acredita-se que as temáticas, bem como a organização dos encontros e os elementos envolvidos, foram relevantes na articulação das aprendizagens retomadas e construídas com os contextos de atuação profissional e os documentos orientadores destes. Essa experiência proporcionada aos cursistas e às mediadoras foi relevante, significativa e necessária como forma de experienciar e sistematizar possibilidades e aprendizagens que irão se efetivar nas práticas pedagógicas nas escolas.

Durante todos os momentos da formação observou-se o comprometimento dos participantes da formação para com a educação e seus desdobramentos. O interesse e a responsabilidade possibilitaram chegar ao final com êxito, com valoração da formação no chão da escola, discutindo, estudando, planejando e buscando qualificar ainda mais o trabalho já desenvolvido com a Educação Infantil, com o Ensino Fundamental e com o Ensino Médio do município de Santiago do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indubitável é que mudanças significativas permeiam os diferentes cenários sociais e que, conseqüentemente, chegam à escola, desencadeiam reflexões, instigam e provocam a necessidade de configurar e reconfigurar a função social da escola e seus desdobramentos. Deste modo, é perceptível a importância da formação continuada de professores para a renovação e a ampliação de conhecimentos e práticas pedagógicas que, cada vez mais, atendam as necessidades dos sujeitos, em diferentes contextos sociais, culturais e tecnológicos que têm influenciado os diferentes setores da sociedade.

Nesta perspectiva, o professor que conhece, reflete e aprofunda seus estudos constantemente estará mais bem preparado para realizar as mediações e inferências necessárias nos processos de ensino e de aprendizagem desenvolvidos no exercício de sua profissão. Para tanto, as temáticas aqui abordadas envolveram estudos, reflexões e sistematizações de documentos norteadores da educação brasileira, considerando as diferentes esferas administrativas. Possibilitam a retomada de conhecimentos e

(re)construção de outros que inquietam, desafiam, apontam possibilidades de fazer processos educativos mais significativos aos alunos, principalmente, atendendo as necessidades da sociedade contemporânea, sem perder de vista a formação para os verdadeiros valores humanos.

Neste contexto, a BNCC, o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense, as Propostas Curriculares de Santa Catarina, os currículos escolares e os PPPs, dentre outros documentos, são balizadores do trabalho realizado na e pela escola. Logo, devem permear o dia a dia dos educadores, seja na organização do trabalho educacional como na preparação do educando, levando em conta a construção de sua cidadania.

Os momentos de estudos possibilitaram leituras, reflexões, indagações, inquietações, aprendizagens e a possibilidade de aprimorar as ações pedagógicas desenvolvidas na escola, articulando-as aos conceitos essenciais dispostos nos documentos em estudo para a efetiva garantia de um ensino de qualidade e equidade a todos os estudantes das escolas envolvidas.

Assim, espera-se mais momentos de formação como estes, pois o trabalho a ser desenvolvido na escola visa à formação do indivíduo, o que requer estudo e apropriação de conhecimentos a serem socializados, discutidos, reelaborados e sistematizados, contribuindo na elaboração e na reorganização dos currículos escolares comprometidos com a formação integral do ser humano.

Observou-se, também, a necessidade dos professores em participar de momentos para estudar temáticas que envolvem a educação nos aspectos legais, políticos e pedagógicos, relacionando a teoria às vivências. Sendo assim, evidencia-se a relevância dos tempos de formação aos profissionais de educação no sentido de promover oportunidades de estudos, reflexões, (re)construção de conhecimentos que envolvem os processos formativos e a diversidade, que marca presença na sociedade e, conseqüentemente, na escola.

Para tanto, ações voltadas ao refletir, ao estudar e ao reorganizar determinados processos mostram-se fundamentais no contexto atual. Sem reflexão e reavaliação constante, o currículo corre o risco de ficar estagnado e não atender as demandas da sociedade. No entanto, não se pode esquecer que o maior patrimônio de uma sociedade é sua gente e os currículos precisam olhar para isso tudo. Daí a complexidade e, ao mesmo tempo, a necessidade de os profissionais da educação se imbuírem de conhecimentos para serem protagonistas da construção dos currículos nas escolas.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. *Currículo, território em disputa*. 2. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BORGES, Gabriela Ferreira de Mello; ARAÚJO, Clarice Alves de; PEREIRA, Dulceana. Políticas públicas e políticas educacionais: primeiras aproximações. *Revista Encontro de Pesquisa em Educação*. Uberaba, v. 1, n.1, p. 62-75, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. Acesso em: 09 jan. 2020.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996.
- CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. *Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- CLAUDINO, Sergio. et al. (orgs.). *Geografia, educação e cidadania*. Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Lisboa: ZOE, 2019.
- DALAROSA, Adair Angelo. *Anotações à questão: para que estudar história da educação?* In: LOMBARDI, J. C. (org). *Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais*. Campinas: Autores Associados, 1999. p. 43 -53.
- FREIRE. Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. (Coleção Leitura).
- LIBÂNEO, Antônio Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Ed. Alternativa, 2001.
- MASETTO, Marcos Tarciso. *Competência pedagógica do professor universitário*. São Paulo: Summus Editorial, 2003.
- MEDEIROS, Laércia Maria Bertulino; BEZERRA, Carolina Cavalcanti. Algumas considerações sobre a formação continuada de professores a partir das necessidades formativas em novas tecnologias na educação. In: SOUSA, Renan Pedra de. et al. Orgs. *Teorias e práticas em tecnologias educacionais* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016, p. 17-37. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 14 dez. 2019.
- NÓVOA, António; FINGER, Matthias. *O método (auto) biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde, 1988.
- NÓVOA, António. *História da educação: percursos de uma disciplina*. Lisboa/Portugal. Universidade de Lisboa. Texto traduzido em 1996.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. *Proposta Curricular de Santa Catarina: eixos temáticos*. Florianópolis: IOESC, 2005.
- SANTA CATARINA. *Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense*. Florianópolis: SED, 2019.
- SCHEIBE, Leda; BOMBASSARO, Ticiane. *Sala ambiente currículo, cultura e sociedade escolar*. Obra retirada da Biblioteca Virtual do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica. Disponível em: <http://coordenaçoescolagestores.mec.gov.br/ufsc>. Acesso em: 06 jan. 2020.
- TUMA, Magda Madalena. Da escrita de intenções aos discursos sobre o processo histórico: a história da educação como disciplina do curso de Pedagogia na década de 1960. In: ABBUD, Maria Luiza Macedo; FAVARO, Maria Regina Gimenez. et al. (Orgs.). *50 anos da Pedagogia: da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina à Universidade Estadual de Londrina (1962 a 2012)*. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2012, p. 55 a 64.

Submetido em março de 2021

Aprovado em julho de 2021

Informações do(a)s autor(a)(es)

Neli Bastezini Kronbauer
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3662-817X>
E-mail: nelibkj@gmail.com

Cláudia Brunetto dos Santos
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0654-4362>
E-mail: claudia.brunetto2@gmail.com

Lorita Helena Campanholo Bordignon
Escola Municipal Pequeno Cidadão
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0581-6191>
E-mail: loritabordignon@hotmail.com